

# A FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORAS ALFABETIZADORAS NO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

Andreia Jorge da Silva Dias <sup>1</sup>  
Priscila Monteiro Chaves <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho é parte da pesquisa em andamento no curso de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e tem por objetivo compreender o sentido que é dado à formação em serviço a ser mobilizada pelos governos e pelas organizações da sociedade para as professoras alfabetizadoras “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” do Ministério da Educação (MEC). O material empírico selecionado para este estudo é especificamente o eixo 2 - formação de profissionais da educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa a partir da metodologia de análise documental. No processo investigativo, utilizamos os estudos de Evangelista, Shiroma e Moraes (2002) no que compete à necessidade de identificar o conteúdo da política pública, neste caso, de formação de professoras alfabetizadoras, para além do texto legal. Os resultados preliminares indicam que, além das fragilidades já conhecidas na formação docente inicial, sobretudo com demasiados investimentos do fundo público na modalidade EaD privada, o que hegemoniza ainda mais o ideal de que a formação inicial do educador não deve ser aprofundada no que compete a uma base teórica sólida, a formação em serviço dos professores é também *locus* privilegiado para a reconversão docente, haja vista sua condução de acordo com cada nova reforma curricular em curso, o que resulta em precarização e fragilização da formação, da carreira e da organização política da categoria.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Formação Docente, Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) é uma política pública instituída pelo decreto nº 11.556 em 2023, refletindo uma tendência de governos responderem a políticas anteriores. Esse padrão também se manifestou no caso da CNCA, uma das principais críticas ao Programa Tempo de Aprender foi a ausência de diálogo com a sociedade na elaboração da política. Segundo o que é justificado pelos documentos, o CNCA trata em promover uma educação de qualidade e combater o fracasso escolar histórico. Propõe ações estratégicas que dizem garantir que todas as crianças brasileiras alcancem o sucesso na alfabetização até o final do segundo ano do Ensino Fundamental

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, [andreiajsdias@email.com](mailto:andreiajsdias@email.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas – Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, [priscila.chaves.ufes@gmail.com](mailto:priscila.chaves.ufes@gmail.com).

e apoiar a recomposição da aprendizagem em leitura e escrita para crianças que não exerceram plenamente esse direito. A iniciativa Criança Alfabetizada tem como foco a educação infantil e o ensino fundamental de 1 a 5 anos.

O CNCA se ampara em pesquisas nacionais e internacionais, no Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005/2014), na Resolução nº 2/2017 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2017), que estabeleceu a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Isso serve como a base para a nova política de alfabetização, que, de acordo com seus idealizadores, visa alcançar um processo inicial de alfabetização adequado ao desenvolvimento de trajetórias educacionais bem sucedidas que é um direito humano fundamental reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro (Brasil, 2023). A política está organizada em cinco eixos estruturantes: governança e gestão da política de alfabetização; formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos; sistemas de avaliação; reconhecimento e compartilhamento de boas práticas. Apresenta um conjunto de orientações para o processo de planejamento e desenvolvimento das estratégias e ações de formação dos Profissionais da Educação (Brasil, 2023). A Portaria nº 1774, de 1º de setembro de 2023, estabelece as responsabilidades, a composição e o funcionamento da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa). A estrutura dessa rede é formada por Agentes Estratégicos de Gestão e Formação do Território Estadual/Distrital (AGE), indicados pelas Secretarias Estaduais de Educação. Além disso, participam da rede dos Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização das Redes Municipais (AGM), selecionados pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), e representantes da sociedade civil, incluindo instituições de ensino superior, ONGs e movimentos sociais. Nesse cenário, os aparelhos privados de hegemonia (APH) encontram maior espaço para influenciar a formação as docentes, intervindo diretamente no processo formativo das professoras alfabetizadoras<sup>3</sup>.

Neste sentido, no que compete ao nosso tema mais abrangente, esta pesquisa se justifica pela necessidade de tratarmos dos discursos que vêm, no interior das políticas de alfabetização, referente a formação em serviço de alfabetizadoras, professoras dos anos iniciais do ensino fundamental provenientes da classe trabalhadora. Para a produção da força de trabalho, essa é uma etapa fundamental na escolarização e, conseqüentemente,

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, usaremos o termo no feminino aos nos referirmos às profissionais alfabetizadoras, uma vez que esta classe é majoritariamente composta por mulheres.

na alfabetização, ao instrumentalizar e inserir na cultura letrada a população que, em alguns anos, estará disponível para manutenção do sistema produtivo, dando condições para que eles realizem operações mentais capazes de apreensão de conceitos mais ou menos elaborados e complexos, resultantes do desenvolvimento histórico das formas sociais de produção. Apropriar-se da língua escrita, portanto, não significa apenas apropriar-se de um sistema de escrita e menos ainda de uma espécie de “código”, mas construir estruturas de pensamento capazes de abstrações mais elaboradas e a luta de classes depende do que fazemos com isso.

Entretanto, em um mundo moldado pelas peças do capital, a educação assume um papel crucial na perpetuação das desigualdades. A reconversão docente, sob a ótica do “Capital Educador”, revela-se como um instrumento para moldar a força de trabalho de acordo com as demandas do mercado, subjugando a autonomia e o potencial crítico dos indivíduos. A educação se torna um mecanismo para preparar trabalhadores com habilidades específicas, restringindo o conhecimento a uma visão tecnicista e acrítica. O foco recai na obediência e na produtividade, em detrimento da formação integral e humanizada. Assim, a escola vira espaço de disputa para que se torne um aparelho de hegemonia, disseminando valores e crenças que favorecem a manutenção do status quo. A história oficial é enaltecida, enquanto visões alternativas são marginalizadas, silenciando a luta por uma sociedade mais justa. Neste sentido, a educação é utilizada para perpetuar a exploração da classe trabalhadora. O conhecimento é instrumentalizado para aumentar a produtividade e a competitividade, beneficiando os detentores do capital (Evangelista, 2012).

Logo, pensar a formação das professoras alfabetizadoras permanece fundamental para a luta de classes que se trava na educação escolarizada, pois a formação sobretudo dos filhos e filhas de trabalhadores/as é preparada por docentes da educação básica, especialmente o Ensino Fundamental. Nesse sentido fundamental que a formação continuada das professoras alfabetizadoras tenha uma proposta sólida que contribua para emancipação e processo de formação humana integral (Evangelista, 2012).

É fundamental que a formação das professoras seja crítica, transcendendo a mera instrumentalização por manuais e diretrizes padronizadas. As alfabetizadoras precisam desenvolver uma visão reflexiva e analítica, capaz de compreender as nuances de suas práticas pedagógicas, em confronto com as necessidades e reconhecendo as peculiaridades de suas salas de aula (Klein; Guizo, 2017). Uma formação crítica permite que as professoras não apenas sigam protocolos, mas que também não deixem de

confrontar politicamente o que ocorre no trabalho docente, mesmo quando têm a necessidade de ajustar suas abordagens de acordo com as necessidades de seus alunos.

Nesse contexto, nos parece que as políticas públicas para a formação das professoras alfabetizadoras com grande parte dos Programas propostos pelo Ministério da Educação no Brasil, priorizam, de alguma forma, o praticismo, cada programa a seu modo. Além disso, a parceria no processo formativo com organizações não governamentais e outras agências tem estimulado cada vez mais a transferência de fundos públicos para os setores privados, o que oportuniza o ambiente propício para atuação desmedidamente dos aparelhos privados de hegemonia, de todos os tipos e em todas as instâncias na educação, possibilitando a atuação do grande capital nas deliberações e implementação do que será tanto o currículo que forma os filhos e filhas da classe trabalhadora quanto a formação do formador (Evangelista, 2012).

Considerando tal histórico, distinções e regularidades nos Programas antecedentes, a questão-problema percorrida por esta pesquisa assim, por ora, se constitui: quais são as estratégias de formação em serviço mobilizadas pelos governos e pelas organizações da sociedade para as professoras alfabetizadoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental na proposta do “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”?

Para tal, trazemos como objetivo geral analisar o sentido que é dado à formação em serviço mobilizada pelos governos e pelas organizações da sociedade para as professoras alfabetizadoras “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” do Ministério da Educação, e como objetivos específicos: a) descrever as estratégias de formação continuada para as professoras alfabetizadoras no âmbito do documento “Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada”; b) identificar as premissas epistemológicas sobre o processo de alfabetização para as professoras alfabetizadoras do “Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada” e c) analisar a proposta de arquitetura institucional formada pelas instituições da Rede Nacional de Gestão, Formação e Mobilização Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Renalfa) e o papel do Estado nesse processo.

## **METODOLOGIA**

De maneira mais geral, o aporte metodológico desta dissertação possui uma abordagem qualitativa. Nesse tipo de investigação, o pesquisador tem a oportunidade de explorar as características e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente, buscar e identificar informações em documentos a partir de hipóteses de

interesse (Ludk; André 2020). De forma mais específica, o método que vem sendo empregado nesta pesquisa é análise documental, caracterizado pela análise de materiais que têm como principal característica serem fontes primárias, ou seja, aquelas que ainda não receberam análises ou que são passíveis de novas interpretações na busca de entender melhor um fenômeno (Moura, 2021), o que não nos exige de considerar, no debate estabelecido, a produção já existente sobre eles.

A fonte de coleta de dados serão os documentos disponíveis no site<sup>4</sup> do CNCA que tratam sobre a formação continuada de professoras alfabetizadoras, o Decreto N° 11.556, de 12 de junho de 2023 que institui o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”; o documento “Orientações para a Formulação e Implementação das Estratégias de Formação Continuada no Âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” disponível no eixo de formação; a Portaria N° 1774, de 1º de setembro de 2023 que dispõe sobre as atribuições, a composição e o funcionamento do Renalfa; o documento orientador do Renalfa do Espírito Santo, que ainda está em fase de construção; e outros documentos produzidos a partir do documento orientador Compromisso Nacional Criança Alfabetizada que dispõem sobre a formação continuada das professoras alfabetizadoras. Também serão utilizados os Seminários Compromisso de acesso livre no canal do MEC na plataforma do *Youtube* e os materiais formativos disponíveis nos sites das secretarias de educação dos Estados e Municípios. Essas são as principais fontes para a investigação da materialidade histórica das relações sociais que estabelecem nosso objeto em questão.

Shiroma, Campos e Moraes (2005) alertam que o propósito de identificar o conteúdo da política públicas (neste caso, de formação de alfabetizadoras) vai para além do texto legal, é necessário buscar os significados diversos, que estão carregados de disputas de poder e conflitos e disputas de poder entre grupos, intencionalidades e ideologias. A análise dos aspectos relacionados com a formação no CNCA não tem como objetivo fazer um juízo de valor ou criar qualquer tipo de previsão acerca da efetividade do referido programa. Pretendemos analisar os documentos com objetivo de compreender suas intencionalidades propostas ou ocultadas, suas articulações, projetos e prioridades na forma como é construída e implementada a política.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>. Acesso em 14 abr 2024.

## A FORMAÇÃO CONTINUADA NO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

Ao assumir o governo em primeiro de janeiro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou como Ministro da Educação Camilo Sobreira de Santana (PT), ex-governador do Ceará (2015-2022). A partir de então iniciou-se uma movimentação para implementação de uma nova política para alfabetização. Assim, no segundo semestre de 2023 foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 que revogou a Política Nacional de Alfabetização (PNA) estabelecida anteriormente por força do Decreto nº 9.765/2019. O Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada foi inspirado, conforme anunciado na coletiva de imprensa de apresentação da nova política, nos resultados das políticas educacionais cearenses de promoção da aprendizagem na idade certa, Programa Alfabetização na Idade Certa<sup>5</sup> (PAIC). Além disso, retoma experiências exitosas de políticas educacionais anteriores, tanto em âmbito nacional, como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa), o Pró-Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), quanto em experiências promovidas por entidades subnacionais em diversas regiões do país (Brasil, 2023a, p. 4).

O MEC disponibilizou um site do CNCA para acompanhamento das ações com constantes atualizações. Na página inicial há uma apresentação do Compromisso e *links* com os resultados em nível nacional e por estado. Também é possível acessar outros dados desde a implantação da política, como: contexto, premissas, adesão, monitoramento e avaliação, gestão e governo, formação, infraestrutura, avaliação, boas práticas, histórico, legislação, outros documentos e perguntas frequentes, assim como os vídeos e notícias relacionados ao CNCA.

---

<sup>5</sup> “Essa política foi uma iniciativa do deputado estadual Ivo Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS), que, partindo de sua experiência como secretário de Educação do município de Sobral, cidade do semiárido cearense, no ano de 2001, na segunda gestão do então prefeito Cid Gomes (2000 a 2003), implementou uma política municipal de educação voltada para a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. “O Paic foi transformado em política pública prioritária do Governo do Estado do Ceará em 2007, por meio de sua Secretaria de Educação (SEDUC), assumiu a execução do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), como uma política de cooperação entre o Estado e os municípios em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e instituições da sociedade civil, com o apoio federal, cujo objetivo é alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do estado até os 7 (sete) anos de idade, combatendo assim o analfabetismo escolar.” (Costa, 2016, p. 19)

### **a) O que diz o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada?**

O Compromisso apresenta como objetivo central garantir que todas as “[...]crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia” (Brasil, 2023a). Além disso, apresenta como prioridade

[...] fomentar e fortalecer o regime de colaborativo para implementar ações e estratégias dedicadas a garantir que todas as crianças brasileiras possam alcançar sucesso no processo de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e apoiar a recomposição de aprendizagens na área da leitura e da escrita para as crianças que, por diferentes razões, estejam matriculadas no 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental e não tenham ainda exercido plenamente esse direito (BRASIL, 2023a, p. 4).

O Compromisso está organizado em cinco eixos estruturantes: governança e gestão da política de alfabetização; formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos; sistemas de avaliação; reconhecimento e compartilhamento de boas práticas. Esses eixos, segundo os idealizadores do programa, são fundamentais para arquitetura do CNCA que pretende convocar, orientar, articular, apoiar e fortalecer o protagonismo dos entes federados na liderança local das políticas de alfabetização/letramento, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil das redes públicas de ensino do país.

Nesse primeiro ciclo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023/2024), o MEC tem a função de dar assistência financeira para a reprodução gráfica e distribuição dos materiais didáticos complementares nas escolas públicas municipais e estaduais que atendem crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, além de ofertar avaliações diagnósticas e formativas. Os estados são articuladores e apoiadores do Compromisso e juntamente com os municípios têm a responsabilidade de formular e executar o programa em consonância com a proposta nacional. No último relatório disponibilizado, o MEC apontou que até o final de 2023 todos os Estados/Distrito Federal e 99,5% das redes municipais haviam aderido ao Compromisso (BRASIL, 2023b).

No que se refere aos processos formativos, o MEC disponibilizou as diretrizes e elaborou uma cartilha de orientação para os estados e municípios implementarem suas políticas de formação das docentes alfabetizadoras. O relatório destaca, também, que 17



estados informaram possuir política de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental em andamento.

Além das ações de formação para as docentes do ensino fundamental, o MEC disponibilizou recursos para apoiar a realização de formação de professores da Educação Infantil, por meio de uma ação denominada Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI). As formações no âmbito do Programa LEEI são oferecidas pelo MEC por meio de parceria realizada com as Universidades Federais do Amapá (UNIFAP), de Pernambuco (UFPE), de Minas Gerais (UFMG), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Mato Grosso do Sul (UFMS). De acordo com os dados levantados, a ação obteve a adesão de 92,6% das redes estaduais e 92,9% das redes municipais de educação (Brasil, 2023b).

Segundo os documentos por nós apreciados, o CNCA diz se comprometer com a direção do processo formativo de todos os profissionais da educação, sendo assim, não apenas as professoras alfabetizadoras, mas também os profissionais da gestão, da coordenação pedagógica, dos quadros técnicos, dos órgãos regionais e centrais da Secretaria de educação em projetos, programas ou atividades de suporte e apoio à alfabetização estariam envolvidos. Nesse sentido, o MEC estabeleceu nove premissas orientadoras das ações de formação continuada dos professores alfabetizadores. Como o documento orientador, essas premissas “devem ser observadas pelas redes e sistemas de ensino no desenho e na implementação dos programas, das estratégias e das ações de formação continuada de profissionais de educação campo do Compromisso” (Brasil, 2023a).

De modo geral, essas premissas estariam defendendo uma formação de educadores de maneira integral, que consideraria os diferentes aspectos da docência, incluindo o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias para a atuação profissional; “sustentável<sup>6</sup>” que valorize os conhecimentos e as experiências dos educadores, e que contribua para o seu desenvolvimento profissional contínuo<sup>7</sup>;

---

<sup>6</sup> Em consonância com Shiroma; Fabiano (2014, 22) “Ao seguir a tendência de reformas nos países centrais, o foco da gestão se voltou às escolas, aos seus sujeitos e práticas. Com base na justificativa inapelável da melhoria da qualidade da educação, professores, equipes pedagógicas e comunidade escolar foram envolvidos pela cantilena da inclusão, justiça social, respeito à diversidade, sociedade do conhecimento e outros slogans que ornamentam os discursos e práticas educacionais no novo milênio.” Dentre esses slogans podemos incluir a sustentabilidade que é incluído nas práticas educacionais, porém são problemas socioeconômicos produzidos pela burguesia.

<sup>7</sup> É possível observar neste trecho o ideário atualizado da educação ao longo da vida cujo os cursos de formação inicial são bastante generalistas e superficiais em formação teórica. As iniciativas políticas se concentram em cursos de formação em serviço que, reestruturados de forma constante, vão, mais facilmente



participativa que envolva os educadores como sujeitos ativos do processo de formação; e emancipadora que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (BRASIL, 2023a).

A distribuição da carga horária dos percursos formativos ofertados por entes subnacionais deve ocorrer ao longo do ano letivo, combinando momentos presenciais coletivos com momentos de estudo individual, pesquisa ou interação remota, de forma a atender, segundo afirmado nos documentos, às necessidades e exigências do desenvolvimento profissional dos educadores. O documento prevê que parte da formação deve ocorrer no ambiente da própria escola, e justifica que isso proporciona aos profissionais a oportunidade de compartilhar suas experiências com colegas de trabalho. Outra parte deve ser realizada em encontros coletivos presenciais, com profissionais de diferentes escolas, com objetivo, segundo aponta, de favorecer a troca de saberes e a ampliação da visão de mundo (Brasil, 2023a). Os materiais de formação podem ser elaborados pelas secretarias de educação, adquiridos de instituições de ensino superior ou outras instituições que atuam no campo da formação de professores, ou adquiridos no mercado.

De acordo com o panorama geral divulgado pelo MEC em maio de 2024, já foi investido no CNCA um pouco mais de R\$ 1 bilhão. A princípio parece um valor alto de investimento na alfabetização, mas se formos olhar os dados da dívida pública, é bastante pouco perto do que o Brasil paga diariamente de juros e amortização a rentistas por meio de uma dívida nunca oficialmente auditada. Em 2023, a dívida pública federal estava em torno de R\$ 6,64 trilhões, e a taxa de juros média era aproximadamente 10,4% ao ano segundo o site Auditoria Cidadã da Dívida<sup>8</sup>. Isso resulta em um pagamento anual de cerca de R\$ 689 bilhões em juros, de modo que o Brasil paga aproximadamente R\$ 1,89 bilhão por dia somente em juros sobre a dívida pública. Essa estimativa pode variar devido a mudanças na taxa de juros e no montante total da dívida ao longo do tempo, mas é certo que esse tem sido o destino de quase a metade do fundo público. Além disso, de acordo com a Agência Brasil<sup>9</sup> os custos com a dívida continuam a crescer, especialmente com a emissão de novos títulos para rolar dívidas anteriores.

---

e com o mínimo de conflitos políticos possível, abarcando as novas demandas do setor produtivo de maneira rápida, além de exercerem um poder coercitivo maior que nos cursos de graduação.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/>. Acesso em 12 jul 2024.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/divida-publica-pode-alcancar-ate-r-74-trilhoes-em-2024>. Acesso em 12 jul 2024.

Diferentemente de outras políticas territoriais para a alfabetização, no CNCA os estados e municípios escolhem, implementam e, portanto, se responsabilizam, por suas próprias políticas de alfabetização. O Estado do Espírito Santo permaneceu com o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) e aderiu o LEEI na Educação Infantil.

O Paes foi instituído pela Lei Estadual nº 10.631 de março de 2017 para o ensino fundamental com o objetivo de fortalecer a aprendizagem das crianças desde a Educação Infantil até as séries finais do Ensino Fundamental, desenvolvida a partir do estabelecimento de um regime de colaboração técnica e financeira entre o Estado e as redes municipais de ensino. Desta forma, o Paes, assim como outras políticas estaduais como o Alfabetiza Tchê do Rio Grande do Sul; Alfabetiza Juntos de São Paulo; Programa Alfabetiza Pará e outros, são moldados a partir do Paic do Ceará e executado por meio de uma cooperação com diversas APHs dentre elas, a Fundação Lemann, Associação Bem Comum – ABC e Instituto Natura. Esses APHs vêm firmando termos de cooperação técnica com estados e municípios para o desenvolvimento de políticas de alfabetização cujo funcionamento se dá a partir da gestão privada das redes de ensino, formação de professores e gestores, controle e monitoramento através de avaliações de proficiência em leitura e de larga escala e o CNCA vem acelerar a abrangência desses em todo o território nacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo o documento de orientação para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada do CNCA, o compromisso tem a pretensão de, em regime de colaboração, convocar, orientar, articular, apoiar e fortalecer o protagonismo dos entes subnacionais (Estados, Distrito Federal e Municípios) na liderança local das políticas de alfabetização/letramento, particularmente nas redes públicas de ensino que atendem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil. (Brasil, 2023).

Nessa estrutura, embora o Compromisso indique que serão favorecidas as redes públicas, abre espaço para a participação de outras organizações, incentivando a transferência de recursos públicos para empresas atuantes em diversos segmentos educacionais, sobretudo na formação de professores em serviço. Adicionalmente, esse modelo colaborativo delineado nos documentos promove a descentralização da responsabilidade do governo federal na formação da professoras, tornando os entes federados corresponsáveis e permitindo que aparelhos privados de hegemonia atuem nessa formação, fazendo às vezes do Estado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm): 24 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.** Brasília, DF, 22 de dezembro de 2017.

EVANGELISTA, O. **Faces da tragédia docente no Brasil.** XI SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO. – ISSN 2219-6854. Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. Disponível em: [http://redeestrado.org/xi\\_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf](http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 05 nov. 2023.